

CRIANÇAS NEGRAS EM ESTATÍSTICAS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM BRAGANÇA (PA)

Data de aceite: 28/03/2023

Antonio Matheus do Rosário Corrêa
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Raquel Amorim dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Simei Santos Andrade
Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: Esta pesquisa analisa a presença das crianças negras em estatísticas do Censo da Educação Básica no município de Bragança (PA) no período de 2010 a 2021. O estudo se configura pela abordagem quantitativa, com aplicação de pesquisa do tipo estatística na área pública do Censo da Educação Básica da plataforma Inep DATA, os procedimentos de levantamento ocorreram pela tabulação de dados no aplicativo Microsoft Excel 2016 e análise através de correlação de dados percentuais em tabelas e gráficos. Os resultados revelam que a classificação racial Preta apresenta os menores percentuais em detrimento da Branca e Parda, caracterizando um

silenciamento da criança negra, assim como a categoria Não Declarada apresenta quantitativos significativos em relação aos demais, em que é invisibilizada a criança negra nos dados censitários. Conclui-se que é necessário que Secretarias de Educação, Conselhos de Educação, coordenações pedagógicas, gestões escolares, conselhos escolares, entre outros, estejam articulados para a devida inserção dos dados de Cor/Raça no Censo da Educação Básica, com cursos preparatórios para preenchimento do formulário no INEP.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças negras. Estatísticas educacionais. Censo da Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ possui como objeto de estudo estatísticas do Censo da Educação Básica em relação à criança negra no município de Bragança, Estado do

1. O estudo deriva de dados coletados para produção da Dissertação de Mestrado "Representações sociais de crianças negras sobre a [in]visibilidade negra em pesquisas científicas na Amazônia brasileira (2006-2021)", no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPLSA/UFPA).

Pará (PA)². A apreensão desse grupo social nos dados censitários proporciona olhares analíticos sobre reconhecimento ou silenciamento entre as estatísticas disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2010 e 2021.

As crianças negras são entendidas como sujeitos pertencentes a diferentes culturas e espaços históricos, simultaneamente múltiplas e singulares quanto à condição racial, distanciando-se do sentimento único e universal de criança e infância construída socialmente (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2010). Elas necessitam de valorização de suas culturas, histórias e socializações nas infâncias produzidas na sociedade brasileira, bem como singularidades fundamentais para a formação de identidades e pertencimentos raciais, sobretudo no contexto da Amazônia bragantina³.

O Censo da Educação Básica ou Censo Escolar é realizado anualmente pelo INEP, “[...] em caráter declaratório e mediante de dados descentralizada, englobando todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica e adotando alunos, turmas, escolas e profissionais da educação como unidades de informação” (BRASIL, 2008, p. 3). As crianças negras, enquanto sujeitos que devem compor a comunidade escolar, são visualizados estatisticamente no filtro de pesquisa Cor/Raça do referido censo, preenchidos por instituições educacionais públicas e privadas, no caso aquelas situadas no município de Bragança (PA).

Raça e cor são objetos de discussão no campo das relações étnico-raciais, pela sua construção histórica de sentidos e significados na formação da sociedade brasileira. A cor diz respeito a tez da pele de uma pessoa, pela qual pode ser exercido racismo em discursos e atitudes. Para Gomes (2006, p. 56): “O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. [...]” (grifos nossos), ou seja, a cor possui componentes de identificador racial, como no caso dos censos escolares, ou objeto de violência étnico-racial por outrem, nas diferentes formas de racismo.

A compreensão sobre raça é fundamental para problematização de práticas racistas ocorrentes no cotidiano escolar, para conseqüente elaboração de caminhos antirracistas por meio da valorização e reconhecimento das contribuições da população negra para a

2. O município de Bragança está localizado na região Nordeste do Estado do Pará, distante cerca de 210 km da capital Belém do Pará, com população estimada em 130.122 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2021. Banhado pelo oceano Atlântico, o município possui economia baseada no turismo, pesca, agricultura e serviços.

3. O termo se refere a microrregião bragantina, situada na região Nordeste do Estado do Pará, Amazônia brasileira, que compreende os municípios de Bragança, Capanema, Augusto Corrêa, Igarapé-Açu, Tracuateua, Santa Maria do Pará, Bonito, São Francisco do Pará, Nova Timboteua, Quatipuru, Primavera, Peixe-Boi e Santarém Novo.

sociedade brasileira, sobretudo a criança negra. De acordo com Guimarães (2011, p. 266) “[...] o mais importante para o ressurgimento da raça, enquanto classificador social, se deu com sinal invertido, isto é, como estratégia política para incluir, não excluir, de reivindicar e não de sujeitar [...]”, nas quais as políticas públicas antirracistas se baseiam, considerando os dados estatísticos do Censo Escolar da Educação Básica.

Nesse sentido, Rosemberg (2006, p. 17) afirma que no Brasil há “[...] um acervo rico e variado de informações estatísticas desagregadas por cor/raça sobre uma multiplicidade de variáveis relativas à população e ao sistema escolar”. As crianças negras precisam estar inseridas corretamente no Censo Escolar, ou seja, não devem estar invisibilizadas como parâmetros não declarados, para maior assertividade na promoção da Educação Antirracista.

Para tanto, um dos entes federados responsáveis pela promoção, acompanhamento e avaliação de políticas voltadas ao antirracismo na Educação é o Poder Executivo, conforme preconiza o Estatuto da Igualdade Racial, na Seção II - Educação: “Art. 16. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade e de educação, acompanhará e avaliará os programas de que trata esta Seção” (BRASIL, 2010, p.1). Nesse sentido, o Censo Escolar, ao contemplar o aspecto racial em seu levantamento, fornece dados para a elaboração de programas e políticas educacionais que garantam o acesso, permanência e sucesso da trajetória escolar da criança negra, principalmente no combate ao racismo praticado contra essa parcela da população.

A partir dessas inflexões, elaborou-se como questão-problema: Qual a presença das crianças negras no Censo Escolar no município de Bragança (PA) nos últimos 11 anos? Logo, tem-se como objetivo geral: investigar a presença das crianças negras em estatísticas do Censo da Educação Básica no município de Bragança (PA) no período de 2010 a 2021. Quanto aos objetivos específicos, elencou-se: (a) identificar as crianças negras em dados de Cor/Raça do Censo da Educação Básica; (b) relacionar a disposição quantitativa de dados raciais no tocante às crianças negras; (c) analisar os dados estatísticos sobre crianças negras no Censo Escolar em Bragança (PA).

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é de abordagem quantitativa, fundamentada na “[...] mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas” (CHIZZOTTI, 1991, p. 52). Essa abordagem contribuiu para a verificação da presença das crianças negras no recorte temporal de 2010 a 2021 em instituições escolares de Bragança

(PA), com análise da frequência de incidências da Cor/Raça no tocante aos filtros Preto e Pardo no demonstrativo de dados, bem como as correlações estatísticas entre os anos de levantamento, níveis de ensino, esfera de oferta pública e privada, bem como ausências constatadas desse grupo social.

Desse modo, esta pesquisa se configura pelo estudo do tipo estatístico, entendido pela “[...] relação entre variáveis por gráficos, classificados por categorias e medidos por cálculos de parâmetros característicos [...]” (CHIZZOTTI, 1991, p. 69). O estudo estatístico acerca da presença das crianças negras em dados do Censo da Educação Básica possibilita à visibilidade, quando devidamente contempladas no preenchimento de instituições escolares, ou invisibilidade, quando ausentes no filtro Não Declarado do elemento Cor/Raça.

A coleta de dados ocorreu pelo acesso a área pública do *site* Inep DATA⁴, no qual selecionamos a opção Estatísticas do Censo Escolar. No painel do Censo da Educação Básica, elencamos os seguintes filtros: Matrícula por Ano; Ano, selecionado o recorte temporal de 2010 a 2021; Localidade - Disponível - Valores da Coluna (Brasil, Norte, PA, Bragança); Etapas de Ensino - Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Em seguida, selecionou-se o Total de Matrículas; Categoria 1 (Dependência Administrativa - Municipal) e Categoria 2 (Cor/Raça).

O procedimento de levantamento iniciou pela tabulação em documento eletrônico, sendo essa configurada pela disposição de “[...] dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 167). Realizou a disposição dos dados encontrados em tabela construída no aplicativo Microsoft Excel 2016, com os seguintes elementos: Ano (2010-2021); Nível de Ensino da Educação Básica (Educação Infantil / Ensino Fundamental); Cor/Raça (Branca, Preta, Parda, Não Declarada) e Total Geral.

A análise de dados percentuais de matrículas nos filtros Preto, Pardo, Branco e Não Declarado foram realizados pela disposição em gráficos estatísticos, uma vez que esse formato confere possibilidade de relacionar e analisar os achados de pesquisa com mais facilidade. De acordo com Barbosa (2015, p. 18): “Os gráficos estatísticos são importantes ferramentas que nos permitem uma impressão mais rápida de determinado fenômeno, uma vez que os gráficos transmitem a informação de forma muito mais dinâmica do que as séries estatísticas [...]”.

Desse modo, o Censo da Educação Básica pode contribuir para a visualização do fenômeno da [in]visibilidade da criança negra nos dados do Censo da Educação Básica

4. Este site pode ser acesso pelo hiperlink: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>.

aos níveis nacional, estadual e, principalmente, municipal, como no caso do município de Bragança contemplado neste estudo. Assim, favorece reflexões sobre o lugar ocupado por esse grupo social no âmbito escolar, uma vez que o preenchimento da Cor/Raça fornece dados estatísticos para a promoção de políticas públicas e programas educacionais nos sistemas de ensino.

Apresentamos a figura 01, com o percurso metodológico estruturante desta pesquisa.

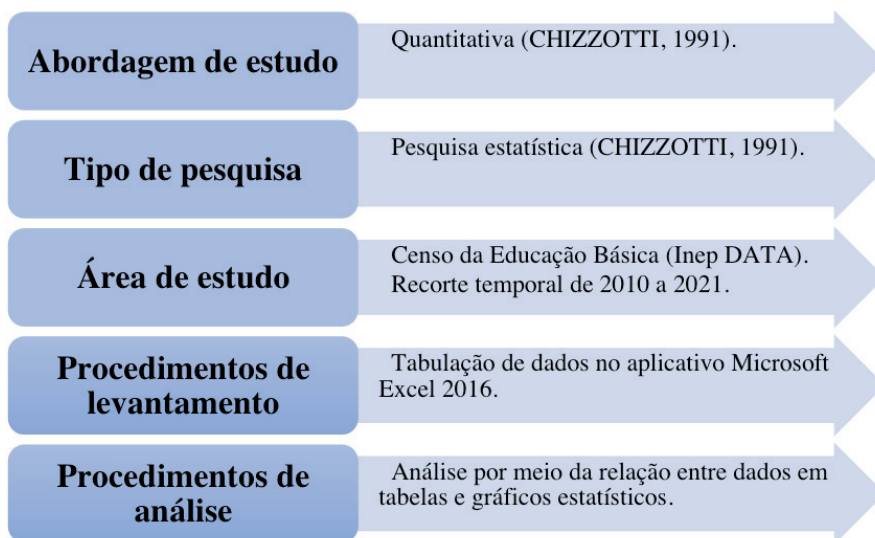


Figura 01 – Estrutura metodológica do estudo

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Metodologicamente, esta pesquisa se fundamenta na abordagem quantitativa de estudo do fenômeno que apresenta as crianças negras em dados estatísticos do Censo da Educação Básica, especialmente no município de Bragança (PA). Para tanto, optou-se pela pesquisa estatística a partir da correlação de dados sobre as matrículas escolares no período de 2010 a 2021, considerando o filtro Cor/Raça Preta, Parda e Branca. Posteriormente os procedimentos de levantamento foram desenvolvidos pela tabulação de dados e posterior encaminhamentos de análise, na qual foi possível correlacionar dados estatísticos em tabelas, no que diz respeito ao quantitativo de matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais), e gráficos estatísticos, em caso dos percentuais aos níveis nacional, estadual e municipal.

Buscou-se pela visibilidade das crianças negras nos dados estatísticos do Censo da Educação Básica, sobretudo em categorizações raciais Preta, Parda, Branca e Não

Declarada, bem como correlações que essas constituem entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, uma vez que podem evidenciar a relevância desse grupo social entre instituições escolares. No caso dos filtros Cor/Raça Preta, Parda e Branca estão os dados que acompanham o levantamento censitário do IBGE, enquanto a Não Declarada diz respeito à opção de não informar a categorização racial da criança, que simultaneamente pode desvelar uma invisibilidade quando não dada a devida relevância estatística.

CRIANÇAS NEGRAS NO CENSO ESCOLAR: ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS EM BRAGANÇA (PA)

Esta seção analisa estatísticas do Censo da Educação Básica no período de 2010 a 2021 no município de Bragança, no que diz respeito ao aspecto Cor/Raça Preto, Pardo, Branco e Não Declarado. Nesse contexto, esses dados fornecidos por instituições escolares a nível nacional, estadual ou distrital e municipal proporcionam o conhecimento do lugar ocupado pelas crianças negras, na atenção às relações raciais no preenchimento desse levantamento estatístico, assim como as [in]visibilidades negras no tocante a distribuição censitária da comunidade escolar.

De acordo com o documento norteador *Censo Escolar – Educacenso*, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira em colaboração com o Ministério da Educação, o item Cor/Raça é fundamental para o levantamento censitário escolar brasileiro, para a construção e monitoramento de políticas públicas, na qual “[...] permitem quantificar e qualificar a desigualdade social e étnico-racial brasileira [...]” (BRASIL, 2015, p. 1-2).

O processo de coleta de dados desse item nos ambientes escolares, desde o momento da matrícula até a alimentação do sistema Educacenso, pode reforçar desde o silenciamento da condição racial da criança negra, quando sua classificação racial é omitida ou atribuída por outrem e não por ela, até o reconhecimento da sua identidade na participação do contexto escolar. Nas palavras de Silva (2015, p. 169), as instituições escolares, em relação à criança negra, podem “[...] favorecer relações de dominação, atualizar racismos, discriminações entre grupos e pessoas, como podem, se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo”.

A problematização da cor da pele nas relações raciais em contexto escolar é fundamental para o enfrentamento ao racismo velado, principalmente na reformulação das representações socialmente compartilhadas pelos profissionais da equipe escolar envolvidos com a coleta do Censo Escolar. As crianças negras conquistam um lugar

significativo nesse processo, uma vez que suas identidades raciais podem ser comunicadas pelos discursos referentes a cor e raça no âmbito do censo. Corrêa e Santos (2020, p. 2) corroboram que: “[...] Pensar as crianças negras como sujeitos elaboradores de imagens e atitudes com base na cor de si e do outro perpassam interações, identidades e discursos que transitam diferentes espaços de formação humana”.

No tocante a Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais), os dados censitários escolares proporcionam a problematização das desigualdades educacionais e étnico-raciais em ambos níveis de ensino da Educação Básica, aos quais as crianças negras estão presentes na faixa etária de 0 a 10 anos de idade. Por um lado, a análise da presença das crianças negras nas categorias raciais demonstra seus lugares nos contextos escolares brasileiros, tanto públicos quanto privados, no qual se faz necessário a assimilação da identidade racial para valorização das suas socializações e alcance de políticas antirracistas.

Além disso, a problematização da categoria Pardo é elementar para compreensão das relações étnico-raciais no contexto brasileiro e, especialmente, na Amazônia bragantina, uma vez que esse termo pode inscrever diferentes sentidos ao pertencimento racial da criança, sobretudo uma aproximação ao branco ou ao termo *moreno*.

Nesse sentido, Fazzi (2006, p. 18) corrobora que a “[...] existência de um sistema de classificação múltiplo, com criação de várias categorias raciais intermediárias, em especial, a categoria *morena*, passa a ser evidenciada como expressão do racismo brasileiro”, ou seja, diferentes categorizações raciais formuladas por grupos sociais, por vezes permeados pelo racismo velado, podem adentrar o levantamento censitário escolar, influenciando os índices estruturais do item Cor/Raça, sobretudo os elementos Pardo e Não Declarado.

Antes de adentrarmos às estatísticas educacionais do Censo Escolar do município de Bragança, faz-se necessário uma breve reflexão sobre as crianças negras no item Cor/Raça a nível nacional. Desse modo, a nível nacional, apresentamos o gráfico 01 com as matrículas dispostas no Censo Escolar no período de 2010 a 2021, considerando as Categorias Administrativas escolares pública e privada.

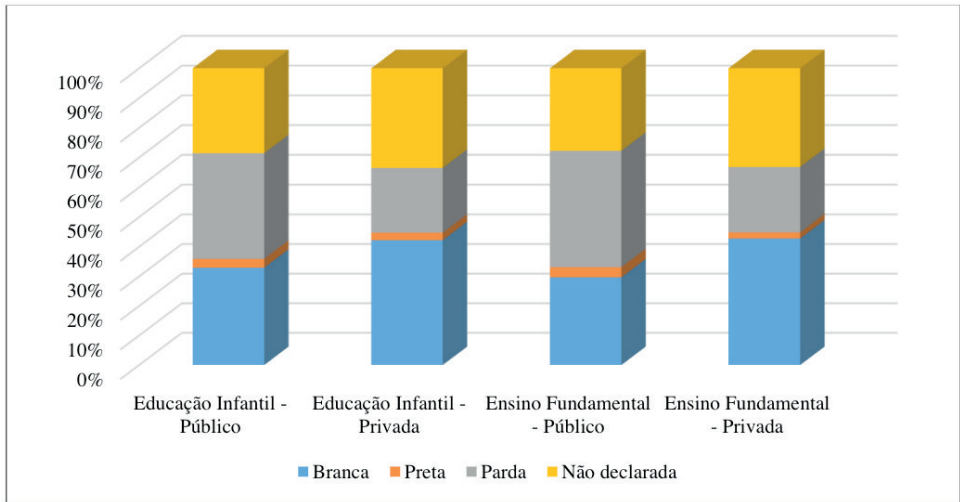


Gráfico 01 - Matrícula por Raça/Cor em escolas públicas e privadas no Brasil (2010-2021)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de levantamento no INEP Data (INEP, 2022).

No cenário brasileiro, a Educação Infantil ofertada pela Categoria Administrativa pública conta com 68.842.747 (sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete) matrículas entre os anos de 2010 a 2021, enquanto a esfera privada apresenta um total de 26.642.763 (vinte e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e três) no período. Desse volume, na rede pública o maior quantitativo se encontra na classificação racial Parda com 35,53%, sendo, por outro lado, a categoria racial Branca com maior porcentagem nesse nível de ensino na rede privada, com 42,21%. Contudo, nas Categorias Administrativas pública e privada, a classificação racial Preta apresenta os menores percentuais, entre 3,01% e 2,53%, respectivamente.

Esses dados apresentam um silenciamento da criança negra no âmbito do Censo Escolar, uma vez que os percentuais referentes à classificação racial Preta se demonstram significativamente reduzidos, principalmente em comparação com a cor Branca e o item Não Declarado, sendo esse último composto por 28,53% das matrículas na rede pública e 33,48% na rede privada, na Educação Infantil. Nesse sentido, são estatísticas que reforçam a presença de um racismo velado nas instituições educacionais brasileiras, uma vez que evidenciam vozes ausentes das crianças diante da sua própria classificação racial, em que essa informação é fornecida por adultos ou nem mesmo fazem parte dos aspectos necessários à matrícula escolar.

O racismo velado, ao silenciar o pertencimento racial das crianças nas relações sociais e identificação da cor da pele das crianças negras nas estatísticas censitárias,

assimila às infâncias discriminações por meio da superioridade do branco sobre o negro, ou invisibilidade da não declaração racial no ato da matrícula, fatos que não deveriam compor a Escola Básica. Cavalleiro (2017, p. 10) corrobora que “[...] crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações e atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele”.

Em contraponto, para Rosemberg (2014) é fundamental que haja um monitoramento de ativistas, pesquisadores e sociedade da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional referente à matrícula e frequência de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos de idade. Nesse contexto, as crianças negras que frequentam a Educação Infantil precisam estar visibilizadas nos dados censitários escolares de forma correta, para que o racismo institucional seja enfrentado pela contemplação do item Cor/Raça nas matrículas escolares, em perspectiva antirracista e profícua para a Educação das Relações Étnico-Raciais na escola e sociedade.

As estatísticas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) não diferem consideravelmente da Educação Infantil no âmbito nacional. Das 26.642.763 (vinte e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e três) matrículas registradas na esfera pública, o maior percentual está na cor Parda com 39,16% e o menor na cor Preta com 3,46%, enquanto na rede particular de ensino, das 32.058.683 (trinta e duas milhões, cinquenta e oito mil, seiscentas e oitenta e três) matrículas, a cor Branca conta com 42,76% e o menor, novamente, a cor Preta com o quantitativo de 2,10%.

Novamente a cor Preta se apresenta em menor percentual nos dados censitários escolares, com decréscimo acentuado em relação ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais) na ordem de 1,36% da rede particular em relação à rede pública. Observa-se uma invisibilidade da criança negra no preenchimento desses dados estatísticos no Brasil, principalmente pelo significativo quantitativo de dados inseridos como Não Declarados, quais sejam 27,70% no público e 33,16% no privado.

Isso evidencia um problema na classificação racial das crianças brasileiras, entre as quais estão as crianças negras, conforme apontam Alves, Amorim e Souza (2022, p. 50) ao afirmarem que “[...] a questão da classificação de raça/cor de estudantes brasileiros traz a baila o problema da ‘Não Declaração’, que se revela muito intenso em percentuais do Censo Escolar recentemente divulgados”. O crescimento exponencial desse aspecto no item Cor/Raça do Censo da Educação Básica pode tornar as crianças negras invisíveis no alcance dos dados estatísticos educacionais, causando problemas ao reconhecimento dessa parcela da população em idade escolar por níveis de ensino, regiões brasileiras e condição socioeconômica.

Para Cavalleiro (2017, p. 84) “[...] São inúmeras as dificuldades derivadas da cor da pele. O preconceito cria impedimentos para o exercício da cidadania [...]”. Nessa perspectiva, a ausência do aspecto Cor/Raça nas matrículas escolares evidenciam impedimentos também do exercício pleno da cidadania, uma vez que o não fornecimento de dados estatísticos com exatidão sobre a presença das crianças negras provoca dificuldades para promoção da Educação Antirracista e promoção de políticas de ação afirmativa na Educação Básica, como programas complementares e suplementares que garantam a permanência delas no espaço escolar.

Dentre os aspectos contidos no Censo da Educação Básica, a Raça/Cor exerce função importante para visualização das crianças negras em contextos escolares bragantinos, assim como silenciamentos quando ausente no preenchimento dos formulários pelas escolas. Esse último pode reforçar o racismo institucional, quando não há diagnóstico da situação da criança negra, como afirma Jango (2017, p. 54): “[...] o racismo institucionalizado assola o seguimento negro desde a infância reproduzindo e reforçando uma cultura racista que atribui às crianças negras e a seu grupo de origem uma visão negativa e preconceituosa”.

A partir dessas reflexões, apresenta-se o quadro 01, com dados relativos à matrícula geral pelo quesito Raça/Cor em Bragança (PA), no recorte temporal de 2010 a 2021.

ANO	NÍVEL DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA								TOTAL
	EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE / PRÉ-ESCOLA)				ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)				
	Branca	Preta	Parda	Não Declar.	Branca	Preta	Parda	Não Declar.	
2010	60	08	904	1.949	162	41	3.784	12.079	18.987
2011	75	08	703	2.497	186	37	3.707	11.203	18.316
2012	58	22	868	2.725	202	33	3.577	10.978	18.463
2013	31	06	598	3.022	218	48	3.425	10.862	18.210
2014	27	52	401	3.344	264	67	3.498	10.543	18.196
2015	50	34	396	3.246	219	73	3.328	10.689	18.035
2016	70	18	621	3.036	196	94	3.227	10.676	17.938
2017	76	24	1.012	2.633	199	83	2.935	10.988	17.950
2018	70	14	1.218	2.597	250	86	2.837	10.687	17.759
2019	70	09	1.104	3.110	216	81	2.894	10.238	17.722

2020	108	13	1.110	3.162	223	66	3.012	9.584	17.278
2021	76	19	1.170	2.721	249	61	3.118	8.873	16.287

Quadro 01 – Matrícula geral por Raça/Cor entre 2010 e 2021 em Bragança (PA)

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado no Censo da Educação Básica (2022).

Nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a classificação racial Preta apresenta menores quantitativos em relação às outras categorizações, como a Branca e a Parda. A Não Declaração demonstra maiores quantitativos, podendo ocorrer devido dois fatores: (1) Não observância da questão racial no preenchimento pelas instituições escolares; (2) Não informada pelos responsáveis, sendo fundamental que as crianças fossem ouvidas na matrícula.

Para Rosemberg (2006, p. 34), há consequências possíveis a essa inserção da Raça/Cor no Censo da Educação Básica, quais sejam “[...] provocar explicitação de práticas racistas em relação com os alunos e as famílias; inconsistência nos dados coletados [...]”. Infere-se que o segundo fator está traduzido nos dados coletados, uma vez que não declaração da classificação racial se sobrepõe consideravelmente em relação ao Preto e ao Pardo, invisibilizando a criança negra em matrículas realizadas na Educação Básica entre os anos de 2010 e 2021.

A importância dada por responsáveis pelas crianças e instituições escolares revelam percepções que grupos pertencentes à sociedade possuem sobre as relações de cor da pele, expressados no levantamento estatístico do censo escolar. Nesse cenário que se estrutura a necessidade de produção de experiências formativas para a questão racial na realização de matrículas e alimentação do sistema do Censo Escolar da Educação Básica, uma vez que as “[...] experiências cotidianas e ideias construídas a partir dos grupos sociais apresentam os saberes do senso comum sobre a cor, tendo como sujeitos as crianças em contexto escolar” (CORRÊA; SANTOS, 2020, p. 7).

Acerca da Raça/Cor no Censo Escolar, analisamos as matrículas por Categoria Administrativa escolar pública e privada no referido município, conforme gráfico 02.

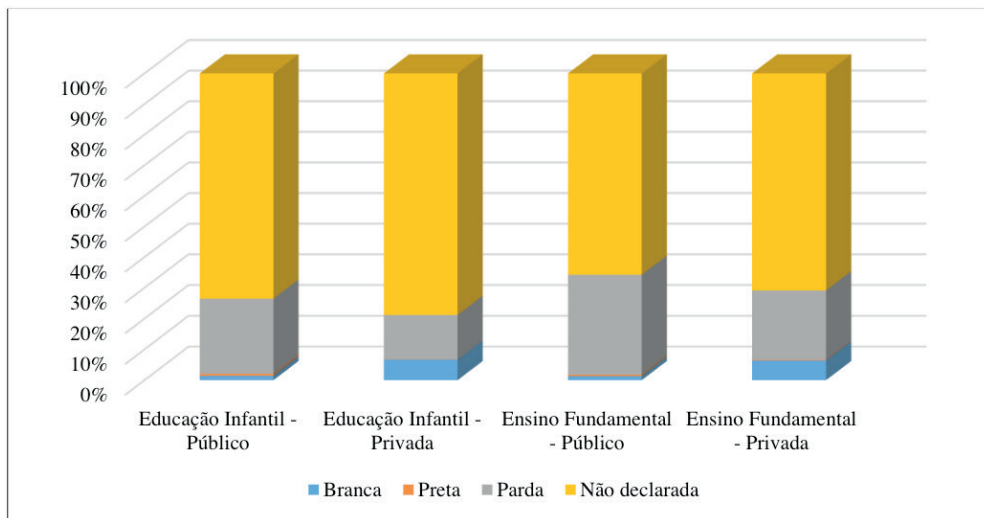


Gráfico 02 – Matrícula por Raça/Cor em escolas públicas e privadas em Bragança (PA)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do Censo da Educação Básica (2022).

Na Educação Infantil pública há 39.155 matrículas, enquanto a privada possui 3.740. Os maiores percentuais estão como Não Declarado em 73,53% e 78,82%, respectivamente, além da pouca visibilidade das crianças negras na categoria Preta com 0,58% na esfera pública e 0,08% na privada. Há silenciamento em relação à criança negra nos dados estatísticos, principalmente quando se olham as assimetrias no trato a Cor/Raça no município de Bragança no tocante às categorizações raciais Preto e Pardo, principalmente na Educação Infantil privada.

O Ensino Fundamental possui 270.298 matrículas no recorte temporal, novamente com percentuais acentuados na categoria Não Declarado com 65,78% na esfera pública e 70,84% na privada. A Cor/Raça Preto corresponde a 0,47% e 0,20%, respectivamente, o que reforça uma continuidade da invisibilidade da criança negra encontrada nas estatísticas do Censo Escolar da Educação Infantil, sobretudo nas discrepâncias significativas entre Brancos, Pretos e Pardos.

De acordo com Alves, Amorim e Souza (2022, p. 54), os percentuais de não declaração nos dados censitários da Educação “[...] merecem ser analisados na sua relação com a estigmatização da população negra e com o abandono escolar, que é considerável nesse grupo [...]”. Nesse sentido, a não informação da autodeclaração racial de crianças negras pode introjetar estigmas às suas vidas e dificultar a verificação das desigualdades raciais enfrentadas na educação, como os processos de evasão, dificuldades de permanência escolar, entre outras.

Esse último aspecto chama atenção para pouca importância dada à questão de raça/cor como elemento obrigatório nas matrículas escolares de milhares de escolas brasileiras para com as crianças negras, além de formação para preenchimento de dados e matrícula ser fundamental, pois os dados coletados também embasam políticas e programas educacionais. Rosemberg (2006), ao tratar sobre estatísticas educacionais de cor e raça na Educação Infantil e Ensino Fundamental no Brasil, considera que uma das prioridades seria a formação de recursos humanos para coleta e tratamento de dados, tendo como referencial teórico o campo da Educação e das Relações Raciais, e não somente da estatística.

Apesar de haverem assimetrias estatísticas no tocante às crianças negras em espaços escolares, Del Priore (2012) expressa que elas estão presentes em todos os espaços – como escolas, praças, praias –, em que suas condições de vida e interações são variadas, sendo necessário conhecer mais sobre suas trajetórias históricas e sociais em comportamentos, pensamentos e realidades. Desse modo, suas infâncias constroem e reproduzem visibilidades e invisibilidades negras que abrangem pertencimento racial, políticas públicas e representações sociais, que por vezes são silenciadas nos ambientes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a presença de crianças negras em estatística do Censo da Educação Básica em Bragança (PA). Desse modo, observou-se pouca visibilidade dada às crianças negras nas categorias raciais Preto e Pardo perante a Não Declaração de informações do elemento Cor/Raça no Censo Escolar, no Ensino Fundamental quanto na Educação Infantil, tanto na esfera privada quanto na pública no período de 2010 a 2021.

No Brasil, as crianças negras apresentam os menores percentuais nas redes públicas e privadas de ensino, uma vez que as classificações raciais Parda e Preto, juntas, expressam menores quantitativos em comparação a classificação Branca e Não Declarada no item Cor/Raça dos Censos Escolares no recorte temporal dos últimos 11 anos. Desse modo, se faz necessária a elaboração de programas de formação dos profissionais envolvidos com a coleta de dados para o censo nas instituições escolares, de modo a reconhecer as identidades raciais dessa parcela da população na perspectiva de uma Educação Antirracista.

Ao direcionarmos as análises dos dados estatísticos para o município de Bragança (PA), os dados demonstram outras configurações percentuais em relação ao âmbito nacional, visto que a classificação racial Não Declarada representa em média 72,24% entre

as esferas públicas e privadas nos níveis da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Infere-se que nessa classificação do item Raça/Cor está presente também o grupo social das crianças negras, na qual desvela uma invisibilidade desses sujeitos nos dados estatísticos censitários no âmbito da Educação Básica na Amazônia bragantina.

Faz-se necessário que Secretarias de Educação, Conselhos de Educação, coordenações pedagógicas, gestões escolares, conselhos escolares, entre outros, estejam articulados para a devida inserção dos dados de Cor/Raça no Censo da Educação Básica de Bragança, com cursos preparatórios para preenchimento do formulário no INEP. Observado o quesito racial nos dados estatísticos, as crianças negras passariam de uma visão de invisibilidade para visibilidade, com implementação de políticas educacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Railma; AMORIM, Mônica Maria Teixeira; SOUZA, Aneuzimira Caldeira. Classificação racial no Censo Escolar da Educação Básica e o problema da “Não Declaração”. *Kwanissa*, São Luís, v.5, n.21, p. 48-64, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/18662>.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 75-96.

BARBOSA, Newton Pimentel de Ulhôa. **Manual de métodos quantitativos de pesquisa**. Belo Horizonte: Anima Educação, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281067204_Manual_de_Metodos_Quantitativos_de_Pesquisa.

BRASIL. **Censo Escolar – Educacenso**: o item Cor/Raça no Censo Escolar da Educação Básica. Brasília: INEP; MEC, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2015/cor_raca.pdf.

BRASIL. **Decreto nº 6.425 de 04 de abril de 2008**. Dispõe sobre o Censo Anual da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 07/04/2008, p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, 21/7/2010, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.

Cavalleiro, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 1991.

CORRÊA, Antonio Matheus do Rosário; SANTOS, Raquel Amorim dos. As representações sociais de crianças negras sobre a cor em contexto escolar. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/33513>.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In. BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36801>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JANGO, Caroline F. “**Aqui tem racismo**”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estatísticas educacionais e Cor/Raça na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: um balanço. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 15-42, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/2116>.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137>.